



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA INSTALAÇÃO DE SUPERPOSTES NO TREVO DE ACESSO AO BAIRRO VEDERTI E OUTROS PONTOS DO CENTRO DA CIDADE, VISANDO MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Item	Especificação do Objeto	Und.	Qtde	Valor max. Unt. Mensal	VALOR MÁX ANUAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA POR MEIO DA INSTALAÇÃO DE SUPERPOSTES NO TREVO DE ACESSO AO BAIRRO VEDERTI E EM PONTOS DO CENTRO DA CIDADE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA.	Und	1	R\$ 91.115,00	R\$ 91.115,00
TOTAL					R\$ 91.115,00

a) O objeto desta contratação não se trata de serviços contínuos, mas sim de obra, conforme conceitua o art. 6º, XII, da Lei nº 14.133/21.

b) O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado da sua última assinatura, na forma do artigo 84 da Lei nº. 14.133/2021. Em caso de prorrogação, poderá ser aplicado o Enunciado CJF 42: “No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei n. 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, devendo o tema ser tratado na fase de planejamento da contratação e previsto no ato convocatório.”

c) O prazo para a execução da obra será de 3 (três) meses, a partir do recebimento da ordem de serviço

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A apresentação da necessidade encontra-se descrita em item próprio do Estudo Técnico Preliminar, apensionado a este Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 O referido item está pormenorizado em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apensionado a este Termo de Referência, bem como previsto no Plano Anual de Contratações.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Do Objeto

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UND.	QUANT.
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA POR MEIO DA INSTALAÇÃO DE SUPER POSTES NO TREVO DE ACESSO AO BAIRRO VEDERTI E EM PONTOS DO CENTRO DA CIDADE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA.	UND	1

4.1.1 O presente processo licitatório tem por objetivo viabilizar a substituição de estruturas existentes e a implantação de novos superpostes de iluminação pública, visando ao restabelecimento e à ampliação do sistema de iluminação nas áreas contempladas. A iniciativa busca proporcionar melhores condições de visibilidade e segurança, contribuindo para a adequada utilização das vias públicas pela população que transita nos locais onde se fazem necessárias tais intervenções.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

Ademais, pretende-se promover maior conforto e bem-estar à comunidade, atendendo às demandas identificadas nesses espaços.

4.1.2 As estruturas deverão ser dimensionadas conforme as exigências do projeto, considerando altura e capacidade de cargas compatíveis com os equipamentos de iluminação a serem instalados, de modo a proporcionar eficiente distribuição luminosa. Deverão possuir compatibilidade com luminárias em tecnologia de alta eficiência energética, bem como suportes adequados para instalação de múltiplos projetores, conforme definido em projeto, garantindo desempenho e economia no consumo de energia. Bem como a definição dessas especificações busca assegurar que os produtos adquiridos atendam a padrões mínimos de desempenho e resistência, evitando problemas futuros como falhas elétricas, deterioração precoce dos materiais ou necessidade de substituições frequentes.

4.1.3 A execução dos serviços deverá contemplar a realização de fundações adequadas ao porte das estruturas, bem como a montagem completa dos superpostes, compreendendo transporte, içamento, fixação, alinhamento, nivelamento e testes de funcionamento. A contratada será integralmente responsável pelo fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra especializada para a perfeita execução dos serviços. Os equipamentos e serviços deverão atender integralmente às normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como às exigências da concessionária de energia elétrica local, observando ainda todas as condições de segurança do trabalho e instalações elétricas aplicáveis. As estruturas deverão ser projetadas para suportar esforços mecânicos, incluindo cargas de vento, garantindo estabilidade, segurança e confiabilidade operacional.

4.2 Da entrega do objeto

4.2.1 A execução do objeto compreenderá a contratação completa, englobando o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, insumos e mão de obra necessários para a instalação de superpostes de iluminação pública, durante a vigência do contrato, sendo que os serviços deverão ser executados no prazo máximo de até 03 (três) meses, contados a partir da emissão da ordem de serviço, período no qual deverão ser concluídas todas as etapas previstas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

4.2.2 A entrega do objeto será considerada concluída após a finalização integral dos serviços, realização dos testes necessários e aceitação pela fiscalização do contrato, mediante verificação do atendimento às especificações estabelecidas.

4.3 Requisitos de Qualidade e Garantia dos Produtos e Serviços

4.3.1 A contratada deverá ficar responsável por seguir categoricamente o Memorial Descritivo.

4.3.2 Na execução dos serviços a contratada deverá empregar boa técnica, refazendo aqueles que não estejam em conformidade, bem como os reprovados pela Fiscalização.

4.3.2.1. Havendo a necessidade de refazimento dos serviços, nenhum valor adicional será pago.

4.3.3 Os serviços deverão ser realizados conforme as instruções e normativas da Concessionária de energia elétrica do Estado (CELESC).

4.3.4 Modificações de materiais só serão possíveis após pedido e autorização da Administração, sendo que aqueles que forem substituídos sem autorização prévia deverão ser retirados e substituídos sem custos adicionais.

4.3.5 A substituição de materiais só será possível quando o proposto tiver a mesma qualidade ou qualidade superior ao descritivo contido na Planilha Orçamentária e/ou Memorial Descritivo.

4.3.6 No caso das luminárias, as mesmas deverão seguir o padrão das já instaladas na iluminação pública municipal, a fim de se manter a padronização e a facilitação da manutenção. Devem possuir certificação válida conforme Portaria 62/2022 do INMETRO e atender integralmente o especificado no Memorial Descritivo Técnico.

4.4 Requisitos à Garantia e Assistência Técnica

4.4.1 A Contratada ficará responsável pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da obra pelo período de 5 (cinco) anos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

4.4.1.1 Nesse período ficará responsável pelo refazimento daqueles serviços que apresentarem defeito de ordem técnica, bem como pela substituição daqueles materiais ou equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação ou desgaste anormal.

4.4.1.1.1 Havendo a necessidade do refazimento de serviços, o cronograma será fixado pela Administração, obedecendo-se a razoabilidade e a determinação de prazo tecnicamente possível de ser cumprido.

4.4.1.1.2 Havendo a necessidade da substituição de equipamentos, a mesma deverá ser realizada no prazo de 10 (dez) dias, passíveis de prorrogação de que mediante a requerimento justificado que deixe explícita as razões da necessidade.

4.4.1.1.3 Havendo a necessidade da troca de materiais, peças ou componentes, a mesma deverá ser realizada no prazo máximo de 3 (três) dias, passíveis de prorrogação de que mediante a requerimento justificado que deixe explícita as razões da necessidade.

4.4.2 As luminárias deverão possuir garantia mínima de 5 anos em conformidade com a Portaria 62/2022 do INMETRO.

4.4.2.1 Havendo a necessidade da troca de luminárias, a mesma deverá ser realizada no prazo máximo de 3 (três) dias, passíveis de prorrogação de que mediante a requerimento justificado que deixe explícita as razões da necessidade.

4.4.3 As luminárias que serão instaladas deverão atender a todas as exigências constantes na Portaria INMETRO nº 62/2022-INMETRO, ou outra que a substitua, bem como atender os requisitos técnicos estipulados no Memorial Descritivo Técnico.

4.4.4 As luminárias instaladas não poderão estar descontinuadas ou em processo de descontinuação pelo fabricante.

4.4.5 Não haverá a necessidade de visita técnica ou vistoria, nada impedindo, no entanto, que a interessada a faça. No entanto, o Município não disponibilizará técnico para o acompanhamento da mesma.

4.5 JUSTIFICATIVA DA AUSÊNCIA DA MATRIZ DE RISCO

4.5.1 Não foi realizada análise de riscos, aprofundada, em virtude de que não se percebeu nenhum risco extraordinário, existindo aqueles decorrentes da atividade que será desempenhada e, portanto, de conhecimento dos interessados e atribuíveis às partes através das obrigações.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

4.6 Das Obrigações do Fornecedor

4.6.1 Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos itens, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

4.6.2 Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.6.3 Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;

4.6.4 Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento do(s) material(is);

4.6.5 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

4.6.6 Comunicar por escrito ao fiscal de Ata do Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

4.6.7 Entregar a obra e os itens no prazo e forma ajustados conforme solicitação da Secretaria competente;

4.6.8 Permitir a fiscalização pelo contratante;

4.6.9 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;

4.6.7 Fornecer ART – Anotação de Responsabilidade Técnica de execução de obra referente a execução do projeto do referido processo licitatório.

4.7 Das obrigações da Contratante

4.7.1 Esclarecer as dúvidas que lhes forem apresentadas.

4.7.2 Fiscalizar o fornecimento e a qualidade dos produtos e serviços.

4.7.3 Emitir o Empenho.

4.7.4 Cumprir as condições de pagamento.

4.8 Da Subcontratação



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

4.8.1 Fica autorizada a subcontratação, no montante relacionado apenas ao transporte/descarregamento dos produtos adquiridos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1.1 A contratada deverá iniciar a execução da obra no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

5.1.2 Os serviços deverão ser prestados, preferencialmente, de segunda a sexta-feira e possuir carga horária mínima de 8h dia.

5.1.3 As comunicações entre as partes serão sempre através da forma expressa e, nos casos de reuniões presenciais ou a distância, o resultado das tratativas mantidas será reduzido a termo.

5.1.4 Para aqueles serviços que a Fiscalização informar que pretende acompanhar a execução, deverá a Contratada comunicar com no mínimo um dia útil de antecipação a sua realização.

5.1.4.1 Sendo realizado o serviço sem o acompanhamento o mesmo poderá ser glosado no caso de a Contratada não conseguir comprovar que a execução foi feita seguindo os dados técnicos recebidos.

5.1.4.2 Caso no dia programado para a realização dos serviços a Fiscalização não puder comparecer e a execução não puder ser transferida sem prejuízo à obra ou ao seu andamento regular, ficará a contratada liberada para a execução, devendo, no entanto, comprovar que a execução foi feita seguindo os dados técnicos recebidos.

5.2 Das Obrigações da Contratada

5.2.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo de referência e em sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

5.2.2 Efetuar a entrega dos produtos solicitados conforme especificações, prazo e local constantes neste termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

5.2.3 Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

5.2.4 Acatar todas as orientações da Administração Municipal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

5.2.5 Entregar os materiais nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de vigência do registro de preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo.

5.2.6 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros decorrentes da execução do contrato.

5.2.7 Todos os valores referentes a encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da contratada, respondendo o município apenas pelo pagamento dos serviços contratados.

5.2.8 Manter a disciplina entre seu pessoal, fazendo-o cumprir, na execução dos serviços, as normas legais sobre segurança no trabalho, contra riscos de acidentes e uso adequado de equipamentos de proteção individual e coletiva.

5.2.9 Controlar o cumprimento dos horários agendados para realização das entregas dos equipamentos. Os empregados deverão trajar identificação (ex: crachá) que conste a identificação da empresa.

5.2.10 A contratada é a única e exclusiva responsável pelos acidentes ou prejuízos advindos da presente contratação, devendo zelar pelas normas de segurança do trabalho e pelo uso de todo e qualquer material/equipamento que contribua para a segurança dos serviços.

5.2.11 Comunicar, após a assinatura do registro de preços, qualquer mudança em seus meios de comunicação, tais como e-mails e telefone, para receber notificações e comunicações da contratante.

5.2.12 As despesas relacionadas com o transporte dos produtos estão inclusas no valor da contratação.

5.3 DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA O INÍCIO DA EXECUÇÃO

5.3.1 O Município fornecerá os projetos e os memoriais descritivos relativos à obra;

5.3.2 Fornecer respostas aos pedidos de esclarecimentos formulados pela Contratada;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

5.3.3 Expedir a ordem de serviços;

5.3.4 Nomear a fiscalização da obra.

5.4 DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DURANTE A EXECUÇÃO

5.4.1 Durante a execução a Administração responderá a todas as dúvidas que surgirem relativas à execução, bem como responderá aos pedidos e requerimentos formulados, desde que expressos, no prazo de até 15 (quinze) dias, exceto aqueles relativos a reequilíbrios e reajustes que possuirão prazos próprios.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscais técnicos que serão nomeados pela Secretária de Serviços Urbanos e Zeladoria – SEURB através de portaria.

6.4 A fiscalização contará também com a nomeação de fiscais administrativos, que serão nomeados pela Secretária de Serviços Urbanos e Zeladoria – SEURB através de portaria.

6.5 O(s) fiscal(is) de obra, juntamente com o(s) fiscal(is) de contrato, fara(ão) o gerenciamento do contrato e todas as ocorrências relacionadas a sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. Deverão também responsabilizar-se por notificações, advertências, solicitação de abertura de processos administrativo, comunicação de término de prazos com no mínimo 30 dias de antecedência, assim como as correções a contratada, prestar informações ao gestor e a quem se fizer necessário, adotar medidas para sanar irregularidades, desde que essas medidas não ultrapassem sua competência, solicitar com no mínimo 30 dias de antecedência prorrogações contratuais. Todas as atribuições do fiscal de contrato deverão ser realizadas com emissão de documentos comprobatórios de que foram executadas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

6.6 Caberá aos fiscais técnicos a condução e observação daquilo referente a execução e aos administrativos questões documentais (documentos necessários para a assinatura de aditivos, pagamentos ou prorrogações), de vigência contratual e outros encaminhamentos meramente administrativos.

6.7 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.8 O CONTRATADO designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 O critério de medição será de acordo com o andamento dos serviços e conforme cronograma físico-financeiro.

7.1.1 As medições serão mensais e respeitarão o interstício de 30 (trinta) dias entre elas.

7.1.2 Os serviços que estiverem em desacordo (mão de obra ou produtos) não serão medidos, será solicitado o refazimento ou a substituição e ficarão para a medição do mês subsequente.

7.1.3 Para aqueles serviços em que a fiscalização pedir acompanhamento durante a execução e a contratada o fizer sem a presença do fiscal, o mesmo não será medido sem antes avaliar se a execução foi feita em conformidade com o Memorial Descritivo e Projetos, ficando a comprovação a cargo da contratada, que deverá apresentar documentos comprobatórios.

7.2 Poderá ser realizada retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada no recebimento do objeto deste edital.

8. DO RECEBIMENTO

8.1 A obra será recebida, provisoriamente, pelo Fiscal Técnico após a emissão do último boletim de medição.

8.2 O recebimento definitivo acontecerá no prazo de até 90 (noventa dias) contado a partir do prazo previsto no subitem 8.1, quando será lavrado o termo de recebimento definitivo. É



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

condição para a elaboração do recebimento definitivo que a obra esteja de acordo com o projeto e as especificações técnicas detalhadas no edital.

8.2.1 É condição para o recebimento definitivo que os serviços realizados tenham seguido criteriosamente os projetos e tenham sido aprovados pela CELESC no que couber.

8.3 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas pelos fiscais.

8.3.1 É obrigação da contratada efetuar todos os reparos e substituições exigidas pela CELESC, sem custos ao Município, em virtude da vistoria que a mesma fizer buscando ver a adequação dos serviços com o projeto aprovado.

8.3.1.1 O Município somente remunerará as mudanças solicitadas pela CELESC quando as mesmas forem necessárias e modificar o projeto aprovado e nunca quando decorrerem de não obediência ao constante no mesmo.

8.4 O recebimento definitivo somente será fornecido após a vistoria e concordância da CELESC com os serviços executados.

8.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. LIQUIDAÇÃO

9.1 Confirmado o recebimento definitivo do objeto, em até 02 (dois) dias úteis após, a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente será inserido no sistema oficial para fins de liquidação e pagamento.

9.2 Para tanto, a nota fiscal deverá:

- Ser emitida com o mesmo CNPJ participante do processo licitatório;
- Conter a quantidade exata do material entregue;
- Constar o valor unitário de acordo com o contrato;
- Destacar o valor de retenções tributárias cabíveis



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

- Apresentar os dados bancários em nome da empresa para realização do pagamento.

9.2.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, sem ônus à contratante.

10. PRAZO DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado em até 30 dias após a finalização da liquidação do documento de cobrança. A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimento da obrigação) até o efetivo pagamento, será calculada tomando-se por base a variação do INPC ou outro índice que venha a substituí-lo.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante depósito bancário em conta-corrente em nome da contratada indicada pela mesma no corpo da nota fiscal.

11.2 Quando da realização do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Em casos de optante do Simples Nacional, não sofrerá a retenção, porém o pagamento ficará condicionado a apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário aplicado a referida Lei Complementar.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA.

12.2 Como critério de julgamento deverá ser definido o menor preço global.

13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

13.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

13.1.1 Habilitação jurídica:

a) Ato constitutivo de abertura da empresa e suas alterações ou o que vier a substituí-lo na forma da lei;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

b) Todos os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

13.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

e) Prova de regularidade junto ao FGTS;

f) Prova de inexistência de débitos trabalhistas perante a Justiça do Trabalho, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

13.2 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos, sejam eles de qualquer natureza, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

14.1.1 A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato.

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1 Registro/Certidão de inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da região da sede da empresa, em plena validade ou CFT.

15.1.1 Com relação aos profissionais a empresa deverá comprovar nominata do pessoal técnico disponível para a execução dos serviços, conforme exigência constante no quadro a seguir:

Item	Formação/ Especialidade	Nome
1	Engenheiro Eletricista e/ou Técnico em	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

	Eletrônica	
2	Engenheiro e/ou Técnico de Segurança do Trabalho	

15.1.1.1 Tal exigência se faz necessária em razão da natureza dos serviços a serem executados, estando no rol de obras de engenharia, sendo necessária a emissão de ART e/ou RRT. Ainda, a exigência de profissional da área de Segurança do Trabalho busca a garantia de atendimento às normas vigentes, afastando e/ou minimizando a exposição dos trabalhadores aos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais geradas pelas atividades a serem desenvolvidas.

15.2 Qualificação técnico-profissional:

15.2.1 Apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU ou CFT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da execução de serviços com características similares a deste certame.

15.2.1.1 O(s) atestado(s) só será(ão) aceito(s) se o profissional relacionado possuir vínculo com o licitante na data da licitação, sendo que os documentos necessários para a comprovação de que o profissional técnico está vinculado com o licitante são:

- a) No caso de dirigentes de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata de assembleia de sua investidura no cargo ou do contrato social;
- b) No caso de empregado com vínculo empregatício, o respectivo registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- c) No caso de contrato de prestação de serviços técnicos, o contrato devidamente firmado entre as partes.

15.2.2 Para ambos os casos a licitante deverá apresentar a Certidão do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da região da sede da empresa, dentro do seu prazo de validade, comprovando o vínculo com este Responsável Técnico. Este, no caso, deverá ser o responsável Técnico pelos serviços contratados, caso seja vencedora da licitação.

15.2.3 Deverão constar, preferencialmente, do(s) atestado(s) de capacidade técnica, ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região da sede da empresa, em destaque, os seguintes dados: data de início e término dos serviços; local de execução; nome do contratante e da pessoa jurídica contratada; nome(s) do(s) responsáveis técnicos, seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região da sede da empresa; especificação e demais dados técnicos com informações sobre os quantitativos executados.

15.3 Não havendo a nomenclatura solicitada para comprovação da CAT, a Comissão poderá diligenciar junto ao atestado técnico fornecido para que seja possível comprovar que os itens são correlatos.

15.4 Em cumprimento ao determinado pelo art. 18, IX da Lei nº. 14.133/2021, salientamos que as exigências contidas no Edital e atinentes a qualificação técnica respeitam e se limitam ao estabelecido no art. 67, I, II, III e V do mesmo dispositivo legal, ou seja, exige-se a comprovação de execução de obra com padrões semelhantes ao da contratação, através de atestados, inscrição ou registro na entidade profissional competente e a indicação do pessoal técnico responsável pela execução do objeto.

16. DAS AMOSTRAS

16.1 Em regra não serão exigidas amostras prévias dos produtos a serem instalados, no entanto, nada impede que a fiscalização as solicite, visando identificar se as mesmas atendem ou não as exigências do Edital.

16.2 Havendo a necessidade de amostras, será fixado o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação, nada impedindo que o prazo seja ampliado por requerimento justificado da contratada.

17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ **91.115,00** (noventa e um mil, cento e quinze mil reais), conforme levantamento de valores apresentados na memória de cálculo anexa.

17.1.1 Os quantitativos e valores unitários que formam o valor global estão discriminados na planilha orçamentária que acompanhará a licitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

17.1.2 A estimativa de quantidades para aquisição de superpostes destinados a iluminação pública foi realizada com base no levantamento das necessidades do município, considerando pontos estratégicos que demandam maior eficiência luminotécnica, segurança viária e melhoria da infraestrutura urbana. Quanto a estimativa de valores, esta foi realizada com base em consultas diretamente com fornecedores especializados no fornecimento de superpostes, também se baseou na memória de cálculo, projeto e memorial descritivo anexos ao Termo de Referência.

17.1.2.3 A estimativa de preços para a presente contratação foi realizada com base em cotações diretas junto a fornecedores do ramo, nos termos do art. 23, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista as características específicas do objeto a ser contratado. Ressalta-se que a presente contratação compreende a execução de serviço de natureza singular, envolvendo o fornecimento e a instalação de superpostes de iluminação pública, conforme projeto e necessidades próprias do Município. Em razão dessa especificidade, não foi possível a obtenção de parâmetros de preços por meio de consultas a bancos públicos, tais como o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), tabelas referenciais como SINAPI, ou outros sistemas de preços amplamente utilizados pela Administração Pública.

17.1.2.4 Destaca-se que os itens que compõem o objeto não se apresentam de forma padronizada ou isolada nesses sistemas, uma vez que englobam solução completa, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra especializada, transporte, instalação e demais serviços correlatos, os quais variam conforme as condições e particularidades de cada projeto.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 As despesas decorrentes da presente aquisição, correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de Serviços Urbanos e Zeladoria, e atendidas pela seguinte dotação:

- I) Gestão/ Unidade: Secretaria de Serviços Urbanos e Zeladoria
- II) Fonte de recursos: 17511 – outros recursos não vinculados
- III) Elemento de despesa: 208 – 3.3.90.00.00

19 – DISPOSIÇÕES GERAIS



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

19.1. Em caso de divergências entre a especificação da planilha orçamentária e os desenhos/projetos fornecidos, a Administração deverá ser consultada através de pedido de esclarecimentos na forma e no prazo definido pelo Edital.

19.2. Em caso de divergência entre projetos com datas diferentes, prevalecerá o mais recente.

19.3. Em caso de divergências entre o Memorial Descritivo e o Termo de Referência, deverá prevalecer o constante no primeiro para as de ordem técnica e o segundo para os assuntos administrativos.

19.4 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, caso necessária, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, o mesmo ocorrendo no caso da utilização de outras dotações orçamentárias.

19.5 Os casos omissos serão decididos conforme os preceitos de direito público, considerando, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

19.6 A Contratada deverá executar os serviços em conformidade com as normativas da CELESC, sob pena de rejeição e refazimento sem custos adicionais ao Contrato.

19.7 Todos os produtos, materiais, peças e/ou componentes instalados deverão ser homologados pela CELESC, sob pena de rejeição e substituição sem custos adicionais ao Contrato.

19.8 A proposta de preços deverá ser encaminhada com todos os seus itens apresentando somente duas casas decimais após a vírgula, pois a mesma é espelhada na plataforma obras e a mesma não aceita número superior de casas. Assim, para não descaracterizar a proposta formulada, faz-se necessário estabelecer tal formato de apresentação.

19.9 Os casos omissos serão decididos conforme os preceitos de direito público, considerando, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Chapecó, 17 de março de 2026.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

Hérica F. S. Lorenzetti
Gerente de Iluminação Pública